



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5878 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

**ESTUDOS SOCIAIS DE CRÍTICA SOCIAL À TECNICISTA NO ENSINO SECUNDÁRIO VOCACIONAL (SÃO PAULO, 1961-1969)**

Yomara F. Caetano de Oliveira Fagionato - UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

**ESTUDOS SOCIAIS DE CRÍTICA SOCIAL À TECNICISTA NO ENSINO VOCACIONAL (SÃO PAULO, 1961-1969)**

A área de Estudos Sociais foi inserida no movimento educacional de renovação do ensino médio brasileiro, quando, primeiramente, emergiu no currículo de experiências secundaristas escolanovistas, tais como: classes experimentais secundárias (1951-1962), em âmbito nacional; e ginásios vocacionais (1961-1969), em São Paulo. No campo do ensino secundário as classes secundárias experimentais realizadas em São Paulo ao longo da década de 1950, gradativamente usufruíram de autorização legal o que serviu para consolidar o ensino vocacional. A ponto de em nível estadual foi oficializado via Decreto nº 38.643 de junho de 1961 (unindo ensino industrial e secundário) e meses depois ocorreu a autorização da experimentação educacional, em nível nacional pela Lei de nº 4024 de dezembro de 1961, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Dallabrida e Vieira, 2016).

As discussões historiográficas apontam que a proposta de inclusão dos Estudos Sociais em programas do ensino secundário foram defendidas, desde 1953, por Carlos Delgado de Carvalho, sob a orientação da Escola Nova (Nascimento, 2015). Nessa década, a área estava unida ao pensamento progressista educacional, momento de crescimento urbano e industrialização do país. Tempo do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE) em sua primeira etapa o Ministério da Educação e Cultura estabeleceu acordos entre o Brasil e os Estados Unidos, ofertando bases educativas da Psicologia para concatenar métodos didáticos à psicologia do desenvolvimento da criança e da psicologia da aprendizagem. Estudos Sociais tinha como finalidade de ensino integrar saberes escolares da história e da geografia entre outros. O PABAE difundiu a área de Estudos Sociais como aliada aos preceitos da Escola Nova, na década de 1950, quando visava difundir inúmeras publicações de Estudos Sociais no Brasil (Santos, 2009).

Nesse debate da área, Elza Nadai (1988) representou que até 1964, quando havia democracia política e liberdades públicas no Brasil, a proposta de se forjar uma cidadania nos educandos era um dos objetivos da área de Estudos Sociais, e, essa finalidade educativa foi “usada como ampliação do espaço de crítica social, sem se chegar, entretanto, à negação da

sociedade de classes, numa direção reformista, mas contestadora” (Nadai, 1988, p. 5). Contudo, nesse debate historiográfico de periodização representou essa área, após o golpe de 1964 e a consolidação na década de 1970, por uma política antidemocrática de viés autoritário, isso por meio das reformas no sistema educacional perpassaram por todos os graus de ensino, desencadeando a criação e vulgarização das licenciaturas curtas para se formarem docentes aptos na área dos Estudos Sociais.

Essa ambiguidade apontada pela historiografia da área de Estudos Sociais, de um lado, ligada à renovação pedagógica e à promoção de pensamento de crítica social, mesmo que reformista; e de outro lado, filiada ao autoritarismo educacional e ao pensamento antidemocrático, consolidou essa periodização dessa área. Essa representação historiográfica dessa área, em parte limitou pesquisas a respeito dos Estudos Sociais ligados às experiências exitosas no ensino secundário. Nesse texto discuto como Estudos Sociais emergiu na cultura escolar do ensino vocacional com o objetivo de promover a iniciação da formação profissional integrada com a formação da cultura geral, no qual há apropriações de modelos pedagógicos escolanovistas.

Os diferentes agentes educativos do ensino vocacional se apropriaram da teoria de John Dewey, e o longo do tempo dessa experiência educativa foi também sendo articulado com a psicologia de Jean Piaget e a teoria da aprendizagem de Jerome Bruner para forjarem os Estudos Sociais, como área integradora. Dessa forma, entre 1961 até 1969 os diferentes educadores do vocacional se apropriaram desses modelos em circulação no campo educativo.

No ensino vocacional as apropriações no decorrer desses anos tornou Estudos Sociais como área que recebeu a atribuição de integrar as disciplinas escolares da História e da Geografia, entre outras das ciências humanas (Antropologia e Filosofia), sob a perspectiva sociológica, sobretudo, por meio dos estudos do meio e estudos dirigidos. Nesse sentido, importa problematizar as apropriações desses modelos pedagógicos, dando destaque para a teoria de John Dewey ao forjar a área de Estudos Sociais no ensino vocacional com objetivo da crítica social e os discursos psicopedagógicos de J. Piaget e J. Bruner estes últimos apropriados como um ensino tecnicista da área.

Para discutir a respeito uso a postura metodológica de Roger Chartier (1988), quando sugere lançarmos luz no processo de apropriação, e assim destacarmos os fazeres plurais, e criativos e dos entendimentos distintos de uma mesma prática escolar, pois foram operadas por distintos atores. Partindo da proposta de Roger Chartier aliada à natureza multidimensional do processo de apropriação, incorporo a sugestão de Elsie Rockwell (2005) ao destacar nas apropriações suas dimensões múltiplas, relacionais, transformadoras e enraizadas em conflitos sociais. Com Marta Maria Chagas de Carvalho (2003), vale considerar a apropriação somada à dimensão de tática, haja vista o intervalo entre os usos criativos e as suas prescrições. Para a autora, uma mesma “prática pode ser analisada como estratégia e como apropriação, dependendo de sua posição relativamente a um lugar de poder determinado” (Carvalho, 2003, p. 343). Assim, aproximo as perspectivas da história da educação com a história das disciplinas escolares por meio da chave das culturas escolares.

Divido essa reflexão em duas fases respeitando a periodização representada pela historiografia e conjugada com a materialidade das fontes vocacionais disponíveis da área de Estudos Sociais. O primeiro recorte da cultura escolar ocorreu entre 1961 até 1965, e a segunda fase da nova cultura escolar marcou os anos entre 1966 até 1969, quando há o fechamento autoritário por parte do Estado de todas as seis unidades do ensino vocacional.

Desde 1961 até 1965, os docentes dos vocacionais criavam seus próprios textos didáticos, a partir das suas leituras de referências sugeridas pela equipe técnica pedagógica do vocacional, para forjar as suas unidades de trabalho. Estes não usavam livros didáticos únicos

para Estudos Sociais, o qual se expressa como um momento favorável ao campo como crítica social. Estudos Sociais continham conteúdos da Geografia Geral e do Brasil e História Geral e do Brasil, sugeridos nos programas e elaborados pelos docentes que buscavam verificar o nível psicossocial do educando, e ao mesmo tempo, exploraram contextualmente os problemas sociais e econômicos do Brasil dessa fase. No conjunto de fontes dessa primeira fase há prescrições de modelos pedagógicos advindo da teorização de John Dewey apropriadas pela equipe técnica pedagógica do Sistema de Ensino Vocacional (SEV), em forma de projetos pedagógicos, planejamentos curriculares, relatos, relatórios e as referências bibliográficas. Nos quais destaco a noção das unidades de trabalho de John Dewey (1859-1952), sobretudo com o uso da obra “Estudos Sociais para crianças numa democracia”, de John U. Michaelis pela equipe pedagógica do vocacional para formação dos seus docentes. Uso dessa obra se deu na primeira edição de 1963, fazendo com que a face estadunidense do progressismo educacional da área de Estudos Sociais estivesse presente na cultura escolar dos vocacionais. John U. Michaelis buscou a construção do conceito de democracia para a educação, quando defendeu que a vida ultrapassava qualquer área de saber. Desse modo, sua obra foi usada pelos professores de Estudos Sociais no ensino vocacional, para forjarem suas unidades de trabalho.

Nessa fase 1961 até 1965 os objetivos de ensino conduziam as apropriações dos jovens a experimentar o mundo que os cercavam mediante as práticas educativas ativas, tais como: Estudos do Meio e os Estudos Dirigidos, atinentes à área de Estudos Sociais, que dialogava com as ideias de John Dewey. Esse pensador tem diferentes obras citadas na massa documental do SEV, sendo utilizadas para organizar o currículo, criando-se um eixo integrador ocupado por Estudos Sociais – História e Estudos Sociais - Geografia. Esse pensamento educacional marcou o ensino vocacional, no sentido de que o processo de ensino-aprendizagem deveria ser integrado à realidade do seu estudante. Todavia, nas apropriações docentes em seus planejamentos de aulas havia tensão entre quais conteúdos selecionar da geografia e da história e como se deveria integrar para atender a perspectiva de crítica social. Segundo Rui Trindade (2012), sobre as premissas fundamentais do pensamento de J. Dewey, a Geografia seria a unidade de todas as demais ciências, isto é, uma ciência núcleo de todas as outras, uma vez que apresentou a Terra como o lugar da ocupação do homem e de suas relações com o mundo, para a promoção de uma humanização, afinal, sem a Terra, os homens seriam diminutos em seu mundo de empreendimentos humanos. Além disso, Dewey para alargar a experiências materiais dos alunos, justificou-se na centralidade da Geografia, conjugada à concepção da História não mais um aglomerado de fatos sem sentidos, pois, para Dewey, estudar história “não é juntar informações, mas utilizá-las na construção de uma imagem vivida sobre e como e o porquê dos homens terem feito o que fizeram; como alcançaram os seus sucessos e em que condições falharam” (Trindade, 2012, p. 400). Daí as razões da importância da área de Estudos Sociais, composta por conteúdos geográficos somados às matérias vivas da História.

A área de Estudos Sociais foi estratégica para a filosofia e pedagogia de J. Dewey, pois com ela era possível explicar para os alunos uma forma de História de como ocorreu a “evolução da Humanidade, as implicações humanas da afirmação e desenvolvimento do Homem, enquanto através da Geografia se poderia explicitar as conexões naturais de um tal processo” (Trindade, 2012, p. 400). Ao estudar a pedagogia difundida por J. Dewey, Rui Trindade (2012, p. 402), em diálogo com as pesquisa de Maria do Céu Roldão, explicitou a preocupação deweyniana com o desenvolvimento progressivo da aprendizagem dos educandos, “do ponto de vista dos processos de mediação pedagógica que propõe a valorização da dimensão do ‘fazer’ e do ‘saber fazer’” (Trindade, 2012, p. 402), para destacar as atividades destinadas aos alunos com um sentido de amplitude progressiva. O princípio de partir do ambiente mais próximo para o outro abstrato e formalista guardaria uma armadilha de perspectiva ao explorar-se as experiências de integração da área de Estudos Sociais, pois,

Esta abordagem que, posteriormente, será reforçada pelas leituras circunscritas e utilitaristas da obra de Piaget é, de acordo com M. Roldão, fonte de um conjunto de equívocos que impedem a construção de abordagens mais abrangentes e complexas acerca dos processos de mediação pedagógica na área dos Estudos Sociais, conjunto esse importa abordar devido as particularidades dos equívocos que o integram, que se revelam, sobretudo, na área dos Estudos Sociais (Trindade, 2012, p. 402).

Nesse sentido, M. Roldão já alertou acerca das apropriações ocorridas do discurso de J. Piaget em relação ao ensino da área de Estudos Sociais. Diante disso, na massa documental do SEV entre 1961 até 1965, após a formatura da primeira turma ginasial, as primeiras normas e prescrições do ensino vocacional diferem-se da fase seguinte, de 1965 até 1968, quando há o uso de J. Piaget e se implantou o curso colegial e o período parcial (diurno e noturno) e há a sistematização do Sistema de Ensino Vocacional, materializado no Plano Pedagógico e Administrativo (PPA) (SERVIÇO DE ENSINO VOCACIONAL, 1968).

Nessa última fase, a área de Estudos Sociais levantaria a problemática a ser sugerida como unidade pedagógica, e não mais unidade de trabalho, quando Estudos Sociais, a partir do ano de 1966 passou a contar com a prescrição de objetivos comuns aos de todo o sistema vocacional, os quais deveriam ser sempre retomados segundo as orientações do SEV, paulatinamente, os Estudos Sociais tiveram um valor potencial como área integradora, no uso de Jean Piaget e Jerome Bruner. Isso por meio da técnica dos Estudos Dirigidos, inclusive cancelados alguns Estudos do Meio nessa época. Aqui Estudo Dirigido pode ser percebido como uma apropriação tática dos professores (Carvalho, 2003) para conseguirem atingir a prescrição do SEV da noção de profundidade e amenizar a tensão entre os docentes, quanto aos recortes dos conteúdos de História e de Geografia a serem trabalhados para se forjar a área. Como dito, a apropriação tática do Estudo Dirigido poderia auxiliar nesse aprofundamento dos conteúdos e na promoção da integração de saberes.

Nessa fase o modelo pedagógico de Jerome Bruner foi usado para forjar Estudos Sociais, quando esteve presente no IV Curso de Treinamento de Professores do Serviço do Ensino Vocacional (SEV), em julho de 1964. Usou-se o texto de Maria Luiza de Almeida Cunha Ferreira, professora de psicologia educacional do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – (PABAAE). O documento buscava explicitar conceitos na organização mental e desenvolvimento do jovem, isso a partir da proposta do ensino por conceito. As noções e conceitos escolhidos pelas educadoras funcionariam como organizadores e estruturantes de dados da realidade e promoveriam a compreensão e a solução de situações novas (Chiozzini, 2014).

Na entrevista de Maria Nilde Mascellani coordenadora do SEV, cedida a Esméria Rovai (1989b) salienta-se que o golpe militar de 1964 suscitou debates, medos e censuras sobre qual educação deveria se deixar registrar. Com isso, a possibilidade de Estudos Sociais na proposta pedagógica vocacional deixaria de figurar como crítica social para o educando. A área foi sendo apropriada diante das dimensões do conflito social brasileiro na época, e assim produzindo-se uma nova cultura escolar voltadas a explicitar um caráter tecnicista, isso para que houvesse a sobrevivência do ensino vocacional. Essa conjuntura histórico-cultural dos vocacionais, a qual a educadora Maria Nilde se referiu, possibilitou a escrita de um documento pedagógico, marcado pelo seu tempo:

Agora, depois de 1964 deixamos passar um caráter até tecnológico, não sei se tecnicista da experiência, entende? Nós divulgávamos de caso pensado aspectos do trabalho que fossem vistos como a modernização da pedagogia (Mascellani, 1989b, p.7).

Uma ampla reflexão atravessou a escrita do Plano Pedagógico e Administrativo dos Vocacionais de 1968, na qual sua estrutura documental tomou a forma de prestação de contas. Assim a construção do PPA de 1968 escrito nas condições sociais dos tempos ditatoriais, da guerra fria, marcada pelo conservadorismo dos costumes sociais, o autoritarismo de clima cultural e político, tomou a área de Estudos Sociais como uma apropriação enraizada nesses conflitos sociais diante do medo de explicitar uma proposta secundarista renovadora, ligando as ciências humanas ao pensamento democrático, mesmo que reformista e nacional-desenvolvimentista.

Como resultado dessa pesquisa, ao refletir acerca das apropriações dos modelos pedagógicos que forjaram a área de Estudos Sociais na cultura escolar secundarista paulista vocacional ao longo da década de 1960, destaca-se o empreendimento reflexivo acerca das apropriações relacionais, múltiplas e enraizadas nos conflitos sociais da época empreendidas pelos diferentes agentes educativos inseridos nessa cultura escolar secundarista, tanto na primeira fase (1961-1965) que aceitavam de Estudos Sociais como crítica social e movendo as transformações na formação dos educandos no sentido democrático mesmo que reformista. E, na fase posterior (1966-1969) quando a equipe do SEV de forma prescritiva convocou esses professores para realizarem uma apropriação tática da área, com o fim de diluir os saberes das ciências humanas, e prescreve aos seus docentes a união completa dos objetivos de ensino da área como se fossem de todo sistema vocacional, isso no uso dos discursos psicopedagógicos de J. Piaget e J. Bruner, para fundamentar os conhecimentos deu-se caráter tecnicista para área de Estudos Sociais.

O resultado final foi que as duas fases da cultura escolar se tem Estudos Sociais tornado, paulatinamente, uma área *epistème* usada como corpo prescritivo do projeto educativo e pedagógico de todo o Sistema de Ensino Vocacional paulista. Estudos Sociais foi uma área apropriada na cultura escolar vocacional, por sua capacidade plástica de se manter ora como crítica social e de integrar os demais saberes, e em outra fase permitiu que fosse moldada prescritivamente como uma área tecnicista por diferentes agentes do SEV. Isso permitiu, de certa forma, que o ensino vocacional sobreviver alguns anos apesar do movimento conservador educacional brasileiro pós-1964.

Essas reflexões acerca das apropriações da área de Estudos Sociais no ensino secundário podem operar como parâmetros de qualidades sobre o ensino médio atual. Na busca da compreensão acerca da crise geral do Ensino Médio, em específico, da reforma do Ensino Médio em relação à Base Nacional Curricular Comum (BNCC), campo de disputas acirradas em torno da concepção do ensino médio e de sua cultura escolar, oficializada por meio da Lei n. 13.415 de 2017, a qual altera a estrutura ao propor que cada estudante escolha uma área de conhecimento. E, ainda uma conclusão específica dessa perspectiva histórica, pois permite refletir acerca do campo da interdisciplinaridade na educação básica atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura Escolar. Estudos Sociais. Ensino secundário experimental. Ensino Vocacional.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961.

CARVALHO, Marta Chagas de. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança

Paulista: EDUSF, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Portugal: DIFEL, 1988.

CHIOZZINI, Daniel Ferraz. **Memória e História da Inovação Educacional no Brasil: o caso dos ginásios Vocacionais (1961/1970)**. Curitiba: Appris, 2014. 259p.

DALLABRIDA, Norberto; VIEIRA, Letícia. Classes experimentais no Ensino Secundário: o pioneirismo de Luis Contier (1951-1961). **Cadernos de História da Educação**, vol. 15, n. 2, p. 492-519, maio-ago, 2016.

MASCELLANI, Maria Nilde. **Uma Pedagogia para o Trabalhador: o Ensino Vocacional com Base para uma Proposta Pedagógica de Capacitação Profissional de Desempregados**. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NADAI, Elza. Estudos Sociais no primeiro grau. **Em Aberto**. Brasília, ano 7, n. 37, jan/mar., 1988.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. O ensino de História e Estudos Sociais em John Dewey e Delgado de Carvalho. **História e Cultura**. Franca, v. 4, n.2, p. 212-236, set. 2015.

ROCKWELL, Elsie. 1. La apropiación, un proceso entre muchos que ocurren em ámbitos escolares. **Anuário de la Sociedad Mexicana de História de La Educación**. México, n.1, p.28-38, enero.2004-mayo.2005.

ROVAI, Esméria. **Entrevista com Maria Nilde Mascellani**. São Paulo, 25 de maio de 1989. Parte 1. p.1-16. Entrevista.

SANTOS, Beatriz Boclin Marquez. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – Década de 1970, entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e aos Estudos Sociais**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFRJ.

SERVIÇO DE ENSINO VOCACIONAL. **Planos pedagógicos e administrativos dos ginásios vocacionais do Estado de São Paulo**, 1968b. In: Acervo: Inovação educacional - IE. Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1968b. Mimiografado.

TRINDADE, Rui. **O movimento da Educação Nova e a reinvenção da Escola: Da afirmação de uma necessidade aos equívocos de um desejo**. Porto: Porto Editorial. Universidade do Porto, Série do saber, 2012.